

Folha Bancária

Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região CUT

EDIÇÃO ESPECIAL

São Paulo
19 de fevereiro de 2018

TRABALHADORES EM DEFESA DA APOSENTADORIA!

Diversas categorias, em todo o país, cruzam os braços nesta segunda-feira contra a reforma da Previdência de Temer que, além de não acabar com privilégios, reduz benefícios e afasta a aposentadoria pública de milhões de brasileiros

Com a proximidade das eleições, Temer e sua base aliada no Congresso pretendem votar a reforma da Previdência ainda em fevereiro. O governo sabe que quanto mais se aproxima o período eleitoral, mais difícil obter votos para aprovação da proposta na Câmara dos Deputados. Afinal, parlamentares não querem fazer campanha com o carimbo de terem votado pelo fim da aposentadoria de milhões de brasileiros.

Por isso e para deixar claro que quem votar não volta, as centrais sindicais convocaram uma greve para esta segunda-feira 19. E os bancários, categoria que sempre esteve à frente das mobilizações dos trabalhadores brasileiros, não fogem à luta e cruzaram os braços em defesa da aposentadoria. Cerca de 88% dos bancários de São Paulo e da região de Osasco votaram a favor da paralisação.

Dentre outros prejuízos, a reforma aumenta a idade mínima para aposentadoria das mulheres, o tempo mínimo de contribuição, rebaixa valor de benefícios, e estabelece o inalcançável limite mínimo de 40 anos de contribuição para a aposentadoria integral (veja quadro ao lado).

"Nossa categoria é de luta e não aceita mais retrocessos. Em outras greves os bancários já deixaram claro o descontentamento com mudanças na lei trabalhista que, inclusive são extremamente danosas para as contas da Previdência, e o risco de perder a aposentadoria. Agora, novamente, cruzamos os braços contra mais essa tentativa de retirada de direitos", enfatiza a presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Ivone Silva.

"O governo teria muitas outras saídas para fazer ajuste fiscal e acertar as contas do país: taxar grandes fortunas, cobrar sonegadores, acabar com a evasão de divisas e os privilégios dos mais ricos. Mas não, só quer retirar direitos de quem trabalha e constrói a riqueza do nosso país. Isso não vamos aceitar", conclui Ivone (leia mais no verso).

Cobertura – Não fique preso à mídia comercial. Essas poucas empresas possuem interesses na aprovação da reforma e não mostrarão a real dimensão da mobilização dos trabalhadores em defesa da aposentadoria pública. Informe-se pela cobertura do site (www.spbancarios.com.br) e redes sociais ([spbancarios](https://www.facebook.com/spbancarios) no Face e [Twitter](https://twitter.com/spbancarios)) do Sindicato e via Rede Brasil Atual (www.redebrasilatual.com.br).



PROTESTO NA PAULISTA, ÀS 16H

Um grande ato reunirá os movimentos sociais e sindical contra o fim da aposentadoria, na Avenida Paulista, com concentração às 16h no vão livre do Museu de Artes de São Paulo (Masp). Participe! Só a luta te garante!

A laranja do “fim dos privilégios”

Temer alega que sem mudanças não haverá dinheiro para aposentadorias, mas somente em 2017, governo e Congresso perdoaram dezenas de bilhões em dívidas de empresas, bancos, ruralistas, estados e municípios, e agora querem que você pague a conta

O combate aos privilégios é um dos principais argumentos do governo Temer para tentar convencer a população a aceitar a reforma da Previdência. Nada mais longe da verdade. De acordo com a professora de economia da UFRJ Denise Lobato, os privilégios não só serão mantidos, como se aprofundaram em 2017 graças a perdões bilionários de dívidas e impostos que financiam a Previdência.

“O que o governo Temer concedeu foi muito privilégio para as empresas petrolíferas, para o agronegócio, para as grandes empresas do setor financeiro e não financeiro”, diz a economista.

Os bancos foram grandes favorecidos por Temer em 2017. Em abril, o Itaú teve perdoadada uma dívida de R\$ 25 bilhões em Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Em julho, o Santander se livrou de pagar R\$ 388 milhões também em imposto de renda e CSLL.

Além disso, a dívida ativa previdenciária totaliza R\$ 426 bilhões. Dentre os devedores estão os maiores bancos e empresas do país.

Somente no ano passado, o Congresso aprovou ao menos três projetos de refinanciamentos de dívidas que perdoarão débitos com a Previdência que variam de cerca de R\$ 29,7 bilhões, segundo a Receita Federal, até R\$ 51 bilhões, de acordo com a Procuradoria

Geral da Fazenda Nacional.

Reforma que destrói – A reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017, também prejudica a arrecadação previdenciária, sustenta Denise. Foram legalizadas duas modalidades de contrato de trabalho que irão afetar as contribuições: o trabalho intermitente, por meio do qual o funcionário é contratado para trabalhar apenas algumas horas por semana ou por mês; e a terceirização de todas as atividades de uma empresa.

“O governo atual não tem nenhuma intenção de produzir o equilíbrio com a reforma da Previdência porque as receitas já foram destruídas com a concessão de isenções tributárias e perdões de dívidas para as grandes corporações e com a reforma trabalhista. O caos já está instalado e foi produzido pelo governo federal e pelo Congresso Nacional em 2017”, avalia Denise.

Políticos – A mentira sobre o fim dos privilégios fica ainda mais evidente quando analisado o fato de que os políticos em exercício de mandato não terão qualquer alteração nas suas aposentadorias com a reforma. Ou seja, aqueles que querem aprovar o fim da aposentadoria para milhões de brasileiros permanecerão com seus gordos benefícios intocados. ✖



PRINCIPAIS DEVEDORES:

JBS R\$ 1,8 bilhão

CAIXA R\$ 549 milhões

BRADESCO R\$ 465 milhões

VALE R\$ 276 milhões

BANCO DO BRASIL R\$ 208 milhões

Perdão de dívidas com a Previdência SOMENTE EM 2017

● EMPRESAS

Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), o Refis

R\$ 51 bilhões
Segundo a PGFN

R\$ 29,7 bilhões
Segundo a Receita Federal

● ESTADOS E MUNICÍPIOS

Programa de Regularização dos Estados e Municípios (PREM)

R\$ 12,6 bilhões
Segundo a Receita Federal

● AGRONEGÓCIO

Programa de Regularização Rural (PPR)

R\$ 7,6 bilhões
Segundo a Receita Federal

ISENÇÃO DE IMPOSTOS

Em 2017

as empresas petrolíferas ganharam, em um período de 25 anos.

R\$ 1,2 trilhão

em isenções de impostos como a CSLL que financia a Previdência.



E mais UM PERDÃO DE R\$ 54 bilhões em dívidas adquiridas entre 1997 e 2014